

PORTARIA Nº 41/2020

Dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção do corona vírus – COVID-19 adotados no âmbito da Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas, que visem à redução do risco de doenças (Art. 196 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIIN) pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Declaração da Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, caracterizando o surto do novo Coronavírus como pandemia, prospectando-se o aumento nos próximos dias do número de casos, inclusive com risco à vida, em diferentes países afetados;

CONSIDERANDO que a pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna, e, por afetar diferentes setores, exige esforços conjuntos da sociedade;

②

CONSIDERANDO os termos do Boletim Epidemiológico nº 05 de 14 de março de 2020 emitido pelo Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública/ COVID-19 (COE COVID-19) publicado pela Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde a respeito da *Doença pelo Coronavírus 2019 – Ampliação da Vigilância, Medidas não Farmacológicas e Descentralização do Diagnóstico Laboratorial*;

CONSIDERANDO o Decreto nº 113, de 12 de março de 2020 que declara situação de emergência em saúde pública no Estado de Minas Gerais em razão de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento;

CONSIDERANDO os Protocolos, Notas Técnicas, Boletins Informativos e demais documentos oficiais já publicados pela OMS, Ministério de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, bem como possibilidade de atualizações;

CONSIDERANDO o Decreto nº 69, de 16 de março de 2020, do Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o eventual risco de colapso do Sistema de Saúde caso efetivada a progressão geométrica em que o vírus tem se alastrado no mundo;

CONSIDERANDO a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus;

CONSIDERANDO a decisão do Comitê Extraordinário Covid-19, do Poder Executivo estadual que, em 17 de março de 2020, determinou ponto facultativo na Cidade Administrativa no mesmo período, com vistas à prevenção da disseminação do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Deliberação da Mesa da Assembléia de Minas Gerais nº 2.733, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19.

CONSIDERANDO o aumento dos casos dos infectados pela COVID-19 em São Gonçalo do Rio Abaixo-MG.

CONSIDERANDO a reforma das dependências desta casa legislativa e com a finalidade de evitar aglomerações nos diversos setores da Câmara de São Gonçalo do Rio Abaixo realizadas via processo licitatório nº 41/2020, tomada de preços nº 002/2020 e Edital: 06/2020.

Resolve:

Art. 1º- O superior hierárquico de cada órgão desta casa legislativa definirá plano de trabalho para os servidores, estabelecendo horários, escalas, presenças, trabalho remoto, entre outras medidas de forma a garantir a manutenção da regularidade e da continuidade das atividades do legislativo.

Art. 2º- Os servidores ficam dispensados do registro de sua frequência em sistema informatizado temporariamente.

Art. 3º- As disposições do artigo 2 também se aplicam aos servidores terceirizados, mediante comunicação à empresa contratada, sem prejuízo da remuneração dos empregados terceirizados.

Art. 4º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 5º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Gonçalo do Rio Abaixo, 11 de setembro de 2020.


Flávio Silva de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

